JOHN DINGES

Os Anos do Condor

Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul

Tradução
Rosaura Eichenberg

COMPANHIA DAS LETRAS

Título original
The Condor Years — How Pinochet and his Allies Brought
Terrorism to Three Continents

Capa
Ettore Bottini

Foto da capa
Horácio Villalobos/ Corbis/ Stock Photos

Índice remissivo
Miguel Said Vieira

Preparação
Vanessa Barbara
Cláudia Cantarin

Revisão
Carmen S. da Costa
Isabel Jorge Cury

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dinges, John, 1941 -
Os Anos do Condor : uma década de terrorismo internacional no Cone Sul / John Dinges ; tradução Rosaura Eichenberg. — São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

Título original: The Condor Years.
Bibliografia.
ISBN 85-359-0648-7

1. Chile - Política e governo - 1973-1988 2. Chile - Relações - Países estrangeiros 3. Cone Sul da América do Sul - Política e governo 4. Operação Condor (Associação Sul-americana de Contra-subversão) 5. Pinochet Ugarte, Augusto 6. Terrorismo patrocinado pelo Estado - História - Século 20 7. Vítimas do terrorismo patrocinado pelo Estado - História - Século 20 I. Título.

05-2994 CDD-327.128300904

Índices para catálogo sistemático:
1. Cone Sul : América do Sul : Operação Condor : Combate à subversão : História política: Século 20 327.128300904
2. Operação Condor : Combate à subversão : Cone Sul: América do Sul : História política : Século 20 327.128300904

[2005]

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone (11) 3707-3500
Fax (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br

Para Carolina, minha companheira naqueles e nestes tempos

2. Encontro em Santiago

O Chile propôs operações para eliminar os inimigos em todo o mundo [...] para eliminar aqueles que estavam causando dano a nossos países, pessoas como Letelier.

Oficial da Inteligência no encontro em que se criou a Operação Condor

Que essas nações enfrentam uma ameaça terrorista regional e coordenada, é fato, não é ficção. [...] A abordagem mais racional para lidar com um inimigo regional coordenado é organizar-se segundo linhas semelhantes. Os Estados Unidos têm recomendado há muito tempo que esses países aumentem a cooperação para a sua segurança. Agora que agem desse modo, a nossa reação não deve ser de opróbrio.

Ernest Siracusa, embaixador americano no Uruguai, em cabograma enviado a Washington em 20 de julho de 1976

NOVEMBRO DE 1975

O encontro para criar o sistema da Operação Condor foi realizado numa das elegantes mansões decadentes ao longo da avenida mais larga de Santiago, a Alameda. O prédio abrigava a Academia de Guerra do Exército, onde oficiais já em serviço recebiam treinamento avançado em liderança e — mais recentemente — em Inteligência. Era final de novembro de 1975, uma estação agradável, quando os dias são quentes e brilhantes na primavera do hemisfério sul. Durante quase uma semana inteira, coronéis, majores e capitães de seis países se reuniram todas as manhãs embaixo do teto arqueado do que talvez tivesse sido outrora uma sala de banquete formal. Eram todos funcionários do Serviço de Inteligência, a maioria com treinamento militar tradicional, alguns com formação policial, homens cujo trabalho consistia em derrotar aquilo a que se referiam por designações variadas, como *subversão*, *terrorismo* ou *comunismo internacional*.

Juntas, as forças militares que aqueles oficiais representavam dominavam a vida de mais de dois terços da população da América do Sul. A área geográfica sob seu domínio era somente um pouco menor que a porção continental dos Estados Unidos: abrangia todo o Cone Sul da América do Sul, dos 4 mil quilômetros da costa do Pacífico do Chile, passando no sul pelo estreito de Magalhães e pelo cabo Horn, no leste pelas praias atlânticas da Argentina e do Uruguai, e depois no norte pelos quase 6,5 mil quilômetros que abarcam o altiplano dos Andes da Bolívia, as planícies do Paraguai e as imensas cidades e vastidões amazônicas do Brasil.

Consideravam os Estados Unidos o líder mundial durante a Guerra Fria, mas levaram um choque, apenas sete meses antes, quando aquele país permitiu que seu aliado, o governo militar do Vietnã do Sul, fosse vencido numa *guerra de guerrilhas* — guerra

de rebeldes clandestinos que superavam em estratégia os exércitos tradicionais. Para aqueles oficiais militares reunidos em Santiago, tudo era sinistro demais, semelhante demais à própria situação deles. Seus inimigos eram bandos de jovens esquerdistas que pegaram em armas pela causa da revolução, inspirados por Marx e Che Guevara e dedicados ao lema de repetir "1, 2, 3 Vietnãs" na América Latina.

Ora, o Serviço de Inteligência militar ficara sabendo que os grupos clandestinos mais perigosos se reuniram numa campanha internacional que combinava ataques armados e diplomacia internacional, com bases por toda a América Latina e redes de apoio na Europa. Os relatórios secretos dos Serviços de Inteligência mostram um foco que chegava a ser quase uma obsessão pela ameaça não violenta que os militares consideravam ainda mais perigosa: os políticos não violentos que procuravam influenciar os líderes da Europa e dos Estados Unidos contra os governos militares sob a bandeira da democracia e dos direitos humanos.

O Chile tinha reunido esse grupo de Serviços de Inteligência para apresentar um plano que atacasse esses inimigos em qualquer parte do mundo. O general Augusto Pinochet era o anfitrião, ele é que arcara com as despesas de todos os que compareceram. Pinochet se mantinha severo e imponente entre os líderes da região. Tomara o poder dois anos antes num feroz golpe militar que anulou o então crescente *momentum* de mudança radical na América Latina.

O experimento de revolução democrática no Chile e seu líder, o presidente Salvador Allende, morreram naquele dia, 11 de setembro de 1973. Com o golpe, Pinochet ganhou a reputação de uma espécie de anjo vingador anticomunista. Com agressão e brutalidade nunca vistas na América do Sul, ele dizimou o maior e mais bem organizado efetivo esquerdista da região. Agiu primeiro com prisões em massa, campos de concentração e execu-

ções sumárias nos dias e semanas que se seguiram ao golpe. Depois passou à tarefa mais árdua de erradicar os grupos de oposição clandestinos. Para isso, criou uma nova força de Inteligência, que só prestava contas a ele: a Dina. No final de 1975, a nova tática tinha alcançado uma vitória quase total dentro do Chile, e Pinochet e seu chefe do Serviço de Inteligência voltaram a atenção para o exterior.

O sucesso de Pinochet o transformou num herói dos anticomunistas mundiais, granjeando-lhe a gratidão, o acesso e até a amizade de líderes como Francisco Franco, Henry Kissinger e Margaret Thatcher.

Se Pinochet se dirigiu aos chefes dos Serviços de Inteligência reunidos naquela suave manhã de terça-feira, 26 de novembro de 1975, ele o fez durante a sessão de abertura de noventa minutos destinada aos "cumprimentos cerimoniais". Depois, o Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional foi dirigido pelo chefe da Dina, o coronel Manuel Contreras.

Esse relato dos procedimentos secretos daquele encontro é baseado no depoimento de uma testemunha ocular do encontro e em dois documentos entregues aos participantes. Um dos documentos é o programa e a agenda do evento; o outro é a resolução final com a assinatura dos chefes das delegações dos países que ingressavam na nova organização do Chile. Alguns detalhes adicionais são fornecidos pelos documentos e por fontes da CIA e do FBI.[1]

Contreras explicou o fundamento lógico de seu plano:

> A subversão [...] não reconhece fronteiras nem países, e sua infiltração está penetrando em todos os níveis da vida nacional.
>
> A subversão tem desenvolvido uma estrutura de liderança que é intercontinental, continental, regional e sub-regional. Como exemplos, podemos listar a Conferência Tricontinental de Havana, a

Junta Coordinadora Revolucionaria [JCR] para a América do Sul etc., e a todos esses movimentos é conferida uma aparência agradável por todos os tipos de comitês de solidariedade, congressos, tribunais, encontros, festivais e conferências etc.

Em contraste, os países que estão sendo atacados na frente militar, econômica e política (tanto dentro como fora de suas fronteiras) estão reagindo, quando muito, apenas com entendimentos bilaterais ou simples "acordos de cavalheiros".

A cooperação informal do passado não era mais suficiente para combater essa "guerra psicopolítica", argumentava Contreras. Delineou sua proposta em três fases do que ele chamou de "coordenação efetiva". A Fase Um, relativamente inócua, era descrita em detalhes nos documentos. Requeria a criação de um Centro Coordenador no Chile para colher, trocar e comunicar informações sobre pessoas e organizações ligadas à "subversão". O centro devia ser "similar ao que a Interpol tem em Paris, mas dedicado à subversão".

O sistema teria à sua disposição o que era então a tecnologia mais recente: "telex, microfilme, computadores, criptografia". No documento final, a ser aprovado pelo presidente de cada país, havia uma referência sutilmente velada à esperada interação com a CIA e o FBI: "Recomendamos o emprego de conexões fora dos países do sistema, *especialmente daqueles que estão fora do continente*, para obter informações sobre a subversão" (grifo nosso). Mais tarde, Contreras diria publicamente que tanto a CIA como o FBI tinham conhecimento daquele banco de dados do Serviço de Inteligência e que contribuíram com informações para a sua atualização e buscaram informações[2] nos dados armazenados.

As fases Dois e Três da nova organização consistiam de "operações", atividades tão secretas que a própria palavra não aparece

nos documentos. No mundo do Serviço de Inteligência, a distinção entre "informações" e "operações" separa os homens dos meninos. *Operações* significa planejar e executar uma ação que promova diretamente o objetivo militar ou político que a agência está tentando alcançar. Às vezes, as ações são projetadas para colher informações e servir ao braço de pesquisa e análise da agência. Muito freqüentemente, as operações são projetadas para atacar, incapacitar ou impedir de alguma maneira a ação do inimigo. Incluem disseminação de propaganda (propaganda "negra", que significa uso de mentiras, também conhecida como "desinformação", para desacreditar ou confundir o inimigo), controle dos movimentos dos indivíduos sob controle, localização de alvos inimigos e por fim realização de missões secretas para capturar e prender ativistas inimigos.

O pináculo das operações do Serviço de Inteligência é o assassinato. Na linguagem da segurança da América Latina em meados da década de 70, *operação* era a palavra usada para seqüestro, interrogatório sob tortura e extermínio.

As operações da Fase Dois se limitavam a ações contra os alvos no interior dos seis países-membros. A proposta do coronel Contreras procurava satisfazer uma necessidade óbvia. Ativistas de todas as tendências políticas se deslocaram de um país para o outro, à medida que severas sanções militares eram impostas. Muitos se tornavam refugiados sob a proteção oficial do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas. Dezenas de milhares deles se reuniram na Argentina, o único país que ainda não tinha um governo militar. Desde que não violassem as leis do país em que haviam procurado refúgio, os exilados estavam protegidos — pelo menos em teoria — por uma lei internacional. A proposta de Contreras tornava a proteção dos refugiados inócua por criar um mecanismo para que os Serviços de Inteligência realizassem operações mútuas.

O modelo para a Fase Dois era a operação conjunta bem-su-

cedida que fora concluída pelo Chile, pela Argentina e pelo Paraguai nos meses anteriores ao encontro de novembro. O Paraguai capturou dois esquerdistas, um chileno e um argentino que chegavam da Argentina. Estavam na primeira parada de uma missão em vários países latino-americanos com o objetivo de recrutar grupos esquerdistas para a nova Junta de Coordenação Revolucionária. Os oficiais dos Serviços de Inteligência chilenos e argentinos foram até Assunção para interrogar os dois homens. Depois de três meses de interrogatório conjunto, o Paraguai permitiu que o Chile transportasse o prisioneiro chileno para um centro de interrogatório clandestino no Chile. Ali ele foi mantido por mais quatro meses, e então desapareceu. A operação foi um dos vários exemplos documentados de colaboração direta dos Estados Unidos com as ações da força de Segurança conjunta. O FBI partilhou e distribuiu o produto das informações das prisões no Paraguai, mesmo sabendo que elas foram obtidas sob tortura.

O novo sistema formalizaria e aprimoraria essa colaboração, expandindo-a para incluir a Bolívia, o Uruguai e o Brasil. Os Serviços de Inteligência trocariam informações, permitindo que cada um acompanhasse o paradeiro e os movimentos dos alvos inimigos presentes em outro país. Um dos países ou ambos se encarregariam de vigiar e capturar o subversivo; todos os países interessados participariam do interrogatório. Os relatórios baseados no interrogatório seriam partilhados, e, caso solicitado, o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução.

A tortura era parte inevitável e integral do processo de interrogatório em todos os países. Sob o sistema, os prisioneiros em países vizinhos podiam ser interrogados simultaneamente, com base em trocas rápidas de perguntas e dados entre os interrogadores. Os

documentos capturados em ataques deviam ser copiados e trocados para serem analisados em cada país.

O que Contreras tinha em mente para a Fase Três espantou até alguns membros daquele grupo de rígidos veteranos dos Serviços de Inteligência. As operações da Fase Três incluiriam controle dos movimentos dos inimigos e assassinato *fora da* América Latina. O coronel José Fons, chefe da delegação do Uruguai, lembrou o encontro 26 anos mais tarde numa entrevista:

> O Chile propôs operações[3] para eliminar inimigos em todo o mundo, para eliminar as pessoas que estavam causando dano a nossos países, pessoas como Letelier. Essa operação exigia muita preparação, uma operação muito bem-feita. O Chile tinha os recursos e a vontade de operar. Repito, o Chile tinha os recursos e a vontade de operar.

Os cinco principais funcionários dos Serviços de Inteligência endossaram a proposta do Chile e assinaram o documento final, datado de 28 de novembro.* Uma delegação do Brasil compareceu ao encontro como observadora, mas só ingressou formalmente na organização em 1976. Depois de consultar os respectivos governos, deveriam ratificar o acordo dentro de sessenta dias.

A nova entidade precisava de um nome. Um coronel da Força Aérea uruguaia, o segundo membro na hierarquia da delegação, apresentou uma sugestão que foi incorporada no documento final: "A

* Os nomes dos chefes das delegações no encontro do Condor são conhecidos apenas em face desse documento. São, conforme listados, "Jorge Casas, capitão da Marinha, chefe de delegação, Argentina; Carlos Mena, major do Exército, chefe de delegação, Bolívia; Manuel Contreras Sepúlveda, coronel do Exército, diretor da Dina, Chile; José A. Fons, coronel do Exército, chefe de delegação, Uruguai; Benito Guanes Serrano, coronel do Exército, chefe do 2º Departamento, equipe das Forças Armadas, Paraguai".

presente organização será chamada CONDOR,[4] por unanimidade, de acordo com a proposta apresentada pela delegação uruguaia em homenagem ao país que é a sua sede".

O assassinato de Letelier só ocorreria dez meses mais tarde, mas estava vívido na mente do coronel Fons, quando recordou o encontro do Condor. Letelier foi a vítima mais típica — procurado antes mais por ser perigoso democrata do que violento terrorista, não trabalhava contra Pinochet em segredo, e sim nos corredores públicos do poder nos Estados Unidos e na Europa.

Era isso que o assassinato de Letelier devia se tornar: o ato singular mais notório envolvendo a aliança Condor forjada no encontro de novembro de 1975. O oficial uruguaio que descreveu o encontro poderia ter escolhido, dentre uma lista espantosa de casos similares, antes e depois do encontro, exemplos de ataques contra inimigos de todos os países representados, inclusive o seu. Todos se ajustavam aos parâmetros internacionais descritos na proposta do Chile para as operações das fases Dois e Três: os alvos eram inimigos violentos ou não violentos que residiam fora de seu país na época do ataque.

As vítimas famosas do Condor incluem um ex-presidente, um chefe militar dissidente e líderes políticos moderados com credenciais democráticas impecáveis. Algumas delas, se tivessem vivido, teriam estado no topo das listas de presidentes potenciais quando seus países retornassem à democracia. Havia muitos outros casos de pessoas menos famosas — argentinos, uruguaios, chilenos, paraguaios e bolivianos seqüestrados fora de seus países no período de 1974 a 1980. Alguns eram revolucionários marxistas ousados que planejavam a guerra de guerrilha; outros tentavam viver em paz. Foram poucos os que sobreviveram.

Todos se ajustam ao padrão das "operações" das fases Dois e Três discutidas no encontro em Santiago sobre Inteligência interamericana naqueles dias de novembro de 1975. Parte da matança

ocorreu antes do encontro. As operações do Condor, tanto da Fase Dois como da Fase Três, atingiram o clímax no período posterior ao golpe militar na Argentina, em março de 1976.

Um último caso deve ser observado. No final de julho de 1976, um funcionário da CIA em Montevidéu, Uruguai, ficou sabendo que um oficial uruguaio falara num coquetel em matar o congressista americano Edward Koch. O congressista encolerizara o governo militar ao aprovar uma emenda para cortar a ajuda militar americana ao Uruguai. O diretor da CIA George Bush chamou pessoalmente o deputado Koch para alertá-lo de que havia um "contrato" em relação a sua vida devido à emenda sobre o Uruguai. O ataque não devia ser realizado pelo Uruguai, mas pela Dina do Chile — detalhe que traía o *modus operandi* da ameaça como um plano da Fase Três do Condor.

As implicações são inevitáveis: os funcionários da Inteligência americana tinham conhecimento dos planos de assassinato da nova organização, no entanto tratavam essa informação com um descaso despreocupado que chegava quase à indiferença para com as possíveis conseqüências fatais das ações terroristas de seus aliados. Como se tornará evidente ao longo deste livro, esses funcionários dispunham de muitas outras informações sobre a planejada missão que resultou no assassinato de Letelier pelo Chile por volta do mesmo período. Vamos examinar detalhadamente as ações tomadas e as omitidas, que fizeram com que não se impedisse esse ato de terrorismo internacional no coração da capital dos Estados Unidos.

Os documentos escritos do encontro de Santiago se referiam ao Sistema Condor ou à Organização Condor. Mantinham o pretexto do Condor, mesmo nos documentos secretos, de que se tratava simplesmente de um banco de dados, uma troca de informa-

ções e um sistema de comunicações. Mas os relatórios da Inteligência norte-americana se referiam quase sempre à "Operação Condor", captando com mais precisão a natureza ativista e agressiva da organização.

O encontro de Santiago e a criação da Operação Condor são acontecimentos centrais num dos períodos mais sombrios na história da América Latina, de 1973 até 1980, quando os países antes conhecidos pela democracia e por virtudes civilizadas submergiram no terrorismo, na guerra clandestina e em sistemas de repressão nunca experimentados, nem antes nem depois. Os Anos do Condor representam a destruição de mais de cem anos de democracia e estado de direito virtualmente ininterruptos no Chile e no Uruguai. A Argentina e o Brasil tinham histórias mais irregulares, entrando e saindo de governos autoritários, mas ambos eram sociedades modernas com economias de destaque. A Argentina era considerada o país mais "europeizado" da América Latina, e sua elegante capital, Buenos Aires, sempre foi comparada a Paris por causa da arquitetura e das largas avenidas. A mesma Argentina sofisticada que tendia a menosprezar seus vizinhos como menos cultos, menos europeus, foi transformada, durante os Anos do Condor, no país com dezenas de milhares de corpos resultantes dos assassinatos em massa.

Até o final das décadas de 60 e 70, a "revolução" conotava em geral a imposição militar de um governante para substituir outro. Os opositores eram presos e maltratados, torturados e às vezes mortos. Não é diminuir a gravidade dos crimes de eras anteriores apontar que diferiam por muitos graus de magnitude das práticas dos Anos do Condor — as detenções em massa, as prisões secretas, os campos de concentração, até o uso de métodos de extermínio e crematórios desse período só são comparáveis com as piores práticas da era nazista.

A Operação Condor em si foi responsável por uma proporção

relativamente pequena do total de mortes e violência, mas representa o pior e definitivo afastamento do estado de direito e da sociedade civilizada. Os países, do seu mais alto nível de autoridade, entraram num acordo para cooperar no empreendimento do terrorismo de Estado. Desconsideraram a proteção dos direitos humanos de seus próprios cidadãos e conspiraram para violar as normas de proteção internacional: o direito de refúgio, asilo e proteção aos refugiados, o *habeas corpus* e os procedimentos cuidadosamente articulados para a extradição das pessoas acusadas de crimes num país e presas em outro.

Como tratado secreto, o Condor conduziu os crimes de direitos humanos ao nível mais alto de sua política de Estado, sob o controle e a manipulação diretos dos chefes de Estado e ministros do governo. A sua existência como instrumento da política oficial de seis nações tornou impossível que esses regimes tentassem desculpar os seus crimes contra os direitos humanos com a alegação de que eram atos isolados de funcionários anômalos ou agentes velhacos.

A história dos Anos do Condor seria contada erroneamente, entretanto, se ouvíssemos somente uma litania de violações dos direitos humanos. A história requer igualmente um relato objetivo e realista do lado revolucionário marxista. Em retrospectiva, os movimentos que brandiam a retórica incendiária e as armas reais contra os Estados que denunciavam como burgueses e corruptos podem parecer, nessa visão tardia, predestinados à derrota. Mas à época o resultado não era absolutamente claro na América Latina. Tanto os movimentos da direita (desde o anticomunismo radical dos partidos direitistas tradicionais baseados na posse da terra e nas empresas até os movimentos moderadamente liberais cujas prioridades eram a democracia e a reforma social) como os da esquerda (movimentos populistas como o peronismo, de linha soviética e outros tipos de partidos comunistas, socialdemocratas

e socialistas marxistas) levavam a sério o desafio representado pela "extrema esquerda". Os revolucionários inspirados no exemplo de Cuba e Ernesto "Che" Guevara estavam convencidos de que ganhavam terreno (por certo tempo) e de que seus bolsões de guerra de guerrilha clandestina agiriam como catalisador para um levante em todo o país, talvez até em todo o continente, em nome do socialismo.

Os 5 mil membros do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros estavam organizados em células urbanas no minúsculo Uruguai, tendo conquistado uma reputação mundial de revolucionários românticos à la Robin Hood. O próprio Che Guevara parecia continuar a viver mesmo depois de ter sido capturado e executado por soldados bolivianos e seus conselheiros da CIA. Na Argentina havia uma variedade de grupos radicais provenientes da esquerda tradicional e do movimento peronista. Em 1974, os *montoneros* peronistas assassinaram um ex-presidente, o general Pedro Eugenio Aramburu, e seqüestros de empresários por resgates de muitos milhões de dólares eram comuns.

O radicalismo da extrema esquerda do Chile estava principalmente no nível da retórica mais do que acalorada. A violência se limitava a atirar pedras contra os grupos jovens da direita. Mas, no primeiro ano do governo de Allende, um grupo extremista assassinou um ex-ministro, Edmundo Pérez Zucovic.

O Paraguai era um caldeirão perene de conspirações. A ideologia marxista desempenhava um pequeno papel nas tramas contra a ditadura de Alfredo Stroessner, cujo Partido Colorado estava no poder havia vinte anos. Contudo, os jovens paraguaios que estudavam na Argentina se engajavam a grupos revolucionários marxistas, e fez-se, naquele ano, um esforço bem organizado, porém malsucedido, para matar Stroessner com um carro-bomba.

Vivia-se uma era de grande violência e grande idealismo; os grupos mais radicais tanto da esquerda como da direita rejeita-

vam a democracia como uma solução para os problemas mais urgentes da sociedade. Vivia-se uma era em que os próprios Estados Unidos desempenhavam um papel que se mostrava profundamente desarticulado com seu legado histórico e seus valores mais profundos. Absorvidos pela competição geopolítica maior com a União Soviética, já não podiam ser vistos como aliados pelas forças políticas na América Latina mais comprometidas com a democracia.

Em 1970, e até a posse, em 1977, do presidente Jimmy Carter, os Estados Unidos tinham de fato trocado de lado. Na eleição de Allende, a democracia colocara no poder um marxista que prometia criar uma "estrada chilena" original e pacífica "para o socialismo", um resultado inaceitável para o governo norte-americano. Sob a liderança de Henry Kissinger, primeiro como conselheiro de Segurança nacional de Richard Nixon e mais tarde como secretário de Estado, os Estados Unidos mandaram um sinal inequívoco às forças mais extremas da direita, afirmando que a democracia podia ser sacrificada na causa da guerra ideológica. As táticas operacionais criminosas, incluindo o assassinato, não só eram aceitáveis, como subvencionadas com armas e dinheiro.

Era o que dizia um memorando interno da CIA em termos duros:

> Em 16 de setembro de 1970, o diretor [da CIA] [Richard] Helms informou[5] a um grupo de oficiais seniores da Agência que, em 15 de setembro, o presidente Nixon decidira que um regime Allende não era aceitável para os Estados Unidos. O presidente pedia que a Agência impedisse Allende de chegar ao poder ou que o derrubasse, e liberava até 10 milhões de dólares para esse propósito [...] Estabeleceu-se uma força-tarefa especial para executar essas ordens, e os planos preliminares foram discutidos com o dr. Kissinger em 18 de setembro de 1970.

Aos extremistas no lado dos militares — pessoas como Manuel Contreras e outros depois encarregados das forças de Segurança —, Kissinger e a CIA enviaram uma mensagem ainda mais perigosa que ecoaria mais tarde nas operações do Condor. A CIA "concordava" com os planos dos conspiradores militares para seqüestrar o principal comandante das Forças Armadas chilenas e os apoiava, uma ação considerada "um passo essencial em qualquer plano de golpe de Estado". O oficial, o general René Schneider, foi morto com um tiro na operação.[6] A ofensa de Schneider, segundo a CIA, era uma devoção excessiva à democracia: "Schneider apoiava com firmeza a Constituição chilena e se transformou em um obstáculo importante no caminho dos oficiais militares que procuravam executar um golpe de Estado para impedir que Allende tomasse posse como presidente".

Segundo os documentos desclassificados, a CIA forneceu três submetralhadoras a um grupo de conspiradores às duas horas da manhã no dia do seqüestro. A agência sempre insistiu que as armas nunca foram usadas e que um grupo diferente matou Schneider. Armas e dinheiro também foram prometidos para esse segundo grupo, mas não foram entregues, segundo a CIA.[7] Entretanto, a distinção entre os dois grupos não parece substancial, uma vez que a agência não abandonou a tática de seqüestrar o chefe do Exército e estava fornecendo subsídio aos conspiradores no mesmo dia em que o assassinato realmente aconteceu.

Os Estados Unidos deram assim o seu endosso operacional a atos de terrorismo para promover a causa do anticomunismo. Era aceitável afastar um líder moderado que se tornara um "obstáculo" à remoção de uma ameaça comunista visível. A mensagem só poderia ter sido reforçada quando a agência, algumas semanas mais tarde, enviou 35 mil dólares para um dos seqüestradores que tinha escapado. A razão dada: "manter secreto o contato anterior, conservar a boa vontade do grupo, e motivos humanitários".

A mensagem norte-americana sobre as táticas operacionais aceitáveis foi recebida diretamente por alguns daqueles que mais tarde as usaram nos anos do Condor. Entre os membros do grupo que conspirava para seqüestrar Schneider estava um antigo estudante da Academia Naval, Enrique Arancibia Clavel. Em 1974, Arancibia se tornou a conexão operacional da Dina com a Inteligência argentina e organizou o assassinato de outro comandante militar que se tornara um obstáculo, o predecessor de Pinochet, general Carlos Prats González.

Nas minhas entrevistas com os oficiais militares dos países do Condor, havia um refrão consistente: "Os Estados Unidos eram o nosso líder".

Hoje, um quarto de século mais tarde, os países do Cone Sul continuam a lutar com os acontecimentos daqueles anos. O Chile, a Argentina, o Brasil, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, todos desfrutam ao menos uma década livre de governos militares. Mas o governo constitucional e o estado de direito estão, sem exceção, sob uma sombra lançada pelos crimes militares do passado — a sombra da impunidade.

Com poucas exceções, os responsáveis pelos milhares e milhares de execuções e desaparecimentos, pelo uso sistemático da tortura que atingiu outras dezenas de milhares e pelos assassinatos internacionais que estão no núcleo do Sistema Condor têm sido capazes de se esquivar da justiça. As leis da anistia, aceitas pelo governo civil como o preço para os militares se retirarem do poder, foram empregadas para interromper até a mais superficial investigação judicial dos crimes. As leis protegem os militares de serem acusados e até interrogados. Nenhum oficial de Estado em qualquer um dos países, nenhum comandante militar, nenhum juiz, nenhum chefe de governo tinha a autoridade de pedir que os funcionários contassem o que sabiam sobre os crimes contra os direitos humanos do passado.

Como resultado, a primeira e mais duradoura baixa dos direitos humanos foi a verdade. Na ausência de investigações oficiais verossímeis levadas a cabo por autoridades competentes endossadas pela legitimidade democrática, o registro histórico daqueles anos era uma questão de preferência política. As famílias das vítimas e seus aliados entre as organizações políticas e de direitos humanos faziam o possível para investigar com base nos testemunhos daqueles que sofreram, mas suas conclusões estavam sujeitas a uma fácil negação do acusado e daqueles que se encontravam no outro lado da linha divisória política. As assim chamadas "comissões da verdade" realizavam investigações louváveis para esclarecer o status legal dos milhares de desaparecidos, porém em muitos casos eram proibidas de divulgar oficialmente os nomes daqueles que causaram os desaparecimentos.

Os oficiais que foram outrora os mestres da tortura e dos campos de extermínio eram promovidos ou reformados conforme exigiam a idade ou a carreira, com honra e com todos os benefícios próprios de sua posição. Pinochet foi celebrizado no exterior como um líder forte e sensato, responsável pelo "Modelo Pinochet", que trazia ordem e prosperidade econômica. Os arranjos internacionais clamorosamente ilegais como o Condor eram encobertos em segredo e mediante negativas oficiais.

O limbo legal e histórico em que os anos do Condor estavam imersos também afetou os Estados Unidos. Com a vitória na Guerra Fria, com a decorrente capitulação pacífica de seu rival soviético, os Estados Unidos conferiram a si mesmos uma espécie de anistia *de facto*, ainda mais abrangente do que a desfrutada pelos seus aliados latino-americanos; não se criou nenhuma comissão da verdade, nem alguma outra espécie de investigação oficial, para examinar os estragos humanos colaterais das muitas guerras por procuração que apoiamos na América Latina e em outras regiões.

Apesar do edifício de obstáculos legais, a busca de justiça

nunca cessou. Por mais de duas décadas, investigadores, jornalistas, ativistas políticos, defensores dos direitos humanos e alguns juízes perseverantes trabalharam implacavelmente para montar os fatos, à medida que se tornavam disponíveis, e aproveitar as oportunidades de avanços judiciais, à medida que surgiam.

Os sucessos na busca de justiça foram poucos. Foi então, em outubro de 1998, que tudo mudou. As circunstâncias, um trabalho duro e a sorte conspiraram para prender um ditador em Londres.